Tribunal em Pauta

Informativo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul • 20 • março 2012

RONALDO CHADID

1º Procurador do MPC a tomar posse como Conselheiro **página 08**

Aêdo é o novo procurador geral de contas
página 11

Marisa Serrano coordena Encontro de Conselheiras
página 06

Contratação de prestação de serviços públicos só através de licitação

O Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN/MS, Carlos Henrique dos Santos Pereira, formulou consulta ao TCE/MS, requerendo a emissão de parecer elucidativo sobre a contratação de prestação de serviços públicos pela administração pública, seja sob a forma de contrato administrativo, ou por meio de concessão ou permissão, ou licitação.

A resposta coube à conselheira Marisa Serrano, e foi aprovada pelos demais conselheiros durante a sessão do Pleno, no dia sete de Dezembro do ano passado. Ela informa que “a solução da questão formulada pelo Consulente não exige grandes indagações teóricas ou formulações jurídicas, impondo-se dizer que, de fato, a forma de contratação de serviços pela Administração Pública é por meio de licitação, como determina o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, assim como pela Lei nº. 8666/93, que instituiu as normas gerais para as licitações e contratações públicas”.

Carlos Henrique Santos Pereira alegava em sua consulta que “considerando a necessidade de implementação de técnicas operacionais para o cumprimento das normas estabelecidas pelos arts. 1361, § 1°, 1362 e 1432 e seguintes da Lei Federal n. 10406/2002 - Código Civil- e do art. 6° e §§ da Lei 11882/2008, que tratam respectivamente da Alienação Fiduciária, Penhor e Arrendamento Mercantil, e da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN nº. 320/2009, que estabelece procedimentos para o registro de contratos de financiamento de veículos com cláusula de alienação fiduciária, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor, cujos serviços são indubitavelmente de “natureza pública”, em decorrência da imprescindível supervisão e fiscalização do Poder Público”.

O diretor presidente do DETRAN/MS solicitava a indicação da correta forma de contratação pelo Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul, visando a operacionalização do Sistema de Registro de Contratos de Financiamento de Veículos Automotores.

A fim de esclarecer melhor a consulta, a conselheira Marisa Serrano afirmou em seu relatório voto que “a forma de contratação do serviço público objeto desta consulta pelo DETRAN/MS, seja por contrato administrativo ou por meio do regime de concessão ou permissão, será sempre precedida de licitação, nos termos dos artigos 37, inciso XXI e 175, ambos da Constituição Federal e do art. 3° Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos”.

Prática de nepotismo é esclarecida

Durante a sessão do Pleno do TCE/MS realizada em Outubro de 2011, os conselheiros aprovaram o relatório-voto do conselheiro José Ancelmo dos Santos sobre consulta formulada pela mesa da Câmara Municipal de Ivinhema, por meio de seu presidente, vereador Dalgomir Buraqui indagando sobre a prática de nepotismo.

Buraqui indagou ao Tribunal “se configura nepotismo a nomeação por chefe do Executivo Municipal ou Estadual, de servidor efetivo (concursado) em cargo de provimento em comissão ou função gratificada, ainda que sem a remuneração do cargo, se o mesmo for cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, de membro do Poder Legislativo Municipal ou Estadual ou vice-versa?

Em resposta à consulta e comungando com as manifestações da Assessoria Jurídica da Presidência e da Procuradoria de Contas, o conselheiro José Ancelmo respondeu que “Nos moldes da Súmula Vinculante nº. 13 do STF, a nomeação de servidor efetivo em cargo comissionado ou função gratificada, que possua relação de parentesco até terceiro grau com a autoridade nomeante, não configurará nepotismo desde que seja em pessoas jurídicas diversas e não seja mediante designações recíprocas”, ou seja, o nepotismo cruzado.

De acordo com o relatório-voto do conselheiro, neste caso “a dúvida consiste se viola a Constituição Federal a nomeação pelo Chefe do Poder Executivo de servidor efetivo, com grau de parentesco, para o exercício de cargo ou função comissionada, de membro de outro Poder, no caso, do Legislativo”.

José Ancelmo dos Santos esclarece que a súmula proíbe a nomeação de parentes de agentes públicos para ocupação de cargos ou funções comissionados, quando houver parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade.

Jurisprudência - Conforme informativo de Jurisprudência do STF nº. 516, “por linha reta, o Código Civil, em seu artigo 1591, perfilha que: Art. 1591 - São “as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes”. Trata-se de todos os que descendem uns dos outros, como o avô, os filhos, os netos; a linha reta se forma da relação de ascendência.

Em sentido oposto, a linha colateral abrange pessoas que não descendem uma das outras, mas, que têm origem em um tronco comum. É o que se extrai do artigo “http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/código-civil-lei-10406-02”, 1592 do CC, in verbis: são parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra. Ao definir o parentesco colateral, a legislação civil abrangeu os parentes até o quarto grau. No entanto, o STF, ao editar a súmula de nº. 13, considerou apenas o parentesco até o terceiro grau.

EXPEDIENTE

Tribunal de Contas
Estado de Mato Grosso do Sul

CORPO DELIBERATIVO

Presidente - Cícero Antonio de Souza
Vice-Presidente – Iran Coelho das Neves
Corregedor-Geral - Ronaldo Chadid
Conselheiros:
José Ancelmo dos Santos
José Ricardo Pereira Cabral
Waldir Neves Barbosa
Marisa Serrano

CORPO ESPECIAL:

Auditor
Joaquim Martins de Araújo Filho

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS:

Procurador-Geral de Contas
José Aêdo Camilo
Procurador-Geral-Adjunto de Contas
João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Corregedor-Geral de Contas
Terto de Moraes Valente

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Flávio Teixeira (MTE/MS 15)
Assessor de Imprensa
Luiz Junot (MTE/MS 99)
Jornalista – Débora Charro (MTE/MS 194)
Estagiária de Jornalismo – Bruna Galina
Publicitários – Fabi Rezek e Cezinha Galhardo
Estagiários de Publicidade
Alexandre Butkenicius Silveira e Tarcísio Ferreira
Fotógrafo – Roberto Araújo (MTE/MS 140)
Secretário – Roberto Munhoz

Implantado o sistema e-TCE,
com tramitação de processos 100% eletrônica

O presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antônio de Souza, encerrou o ano de 2011 com uma série de inaugurações e anunciou a implantação do sistema e-TCE, com tramitação 100% eletrônica dos processos. "Estamos implantando hoje o que há de mais moderno em tramitação eletrônica no País". Com essas palavras, ele informou que "a partir de agora, não existirá mais processos físicos tramitando no TCE/MS, com exceção daqueles que deram entrada anteriormente à implantação do e-TCE, representando mais um passo na concretização do que foi planejado nesses últimos anos".

Entre as autoridades presentes estavam o 1º secretário da Assembleia Legislativa, deputado Paulo Corrêa, que representou também o governador André Puccinelli; do presidente do TJ/MS, desembargador Luiz Carlos Santini; do ex-governador Wilson Barbosa Martins; do Procurador Geral de Justiça, Paulo Alberto Oliveira; do vice-presidente do TCE/MS, conselheiro Iran Coelho das Neves; dos conselheiros José Ancelmo dos Santos; José Ricardo Pereira Cabral; Waldir Neves e Marisa Serrano e, ainda, do Procurador Geral do Ministério Público de Contas, Ronaldo Chadid. Dezenas de prefeitos, presidentes de Câmara e vereadores lotaram o plenário batizado com o nome da ex-conselheira Celina Martins Jallad.

O presidente afirmou que em discursos anteriores havia ressaltado o compromisso de manter e dinamizar as atividades e serviços do TCE/MS a partir de um intenso programa de informatização. Ele lembrou que para cumprir essa promessa, em um curto período foram implantados seis grandes sistemas informatizados que estão, de forma significativa, acabando com a burocracia e mudando a forma dos jurisdicionados e da sociedade se relacionar com o TCE/MS.

Na avaliação do presidente, a implantação do e-TCE permite maior transparência, disponibilidade e, sobretudo, celeridade na obtenção de informações seguras e precisas. "O sistema dará agilidade nas análises, possibilitando economia de recursos, já que eliminaremos, em quase sua totalidade, a utilização de papel, promovendo com eficiência, competência e credibilidade a nossa missão constitucional de fiscalizar mais de 900 órgãos jurisdicionados", afirmou. Segundo Cícero de Souza, para alcançar esse objetivo, foram adquirimos mais de 500 licenças do Office 2010, 552 computadores, 380 monitores adicionais, 14 novos servidores, além de equipamentos de infraestrutura necessários à automação e digitalização de documentos.

O desembargador Luiz Carlos Santini afirmou que o TJ/MS continuará a ser um parceiro nestas iniciativas, tendo a certeza de que o TCE/MS será o primeiro do Brasil a garantir a tramitação 100% eletrônica dos processos. O deputado Paulo Corrêa também afirmou que o TCE/MS vem sendo um parceiro da Assembleia Legislativa. "Com orientação do Tribunal de Contas, conseguimos implantar a nossa comissão de licitação na Assembleia estritamente dentro da Lei 8.666, encaminhando os processos em menos de 15 dias ao TCE/MS", afirmou.

Ao final da solenidade, o presidente acionou o "Portal do Jurisdicionado" que permitirá a consulta on-line dos processos e, ainda, o encaminhamento por parte dos jurisdicionados de peças processuais através da internet. O envio das notificações aos jurisdicionados também poderá ser feito pela internet, o que dará maior celeridade na tramitação dos processos. "Tudo isso vai auxiliar no cumprimento dos prazos regimentais e dar maior eficiência na ação do Tribunal", afirmou.

Através da implantação do sistema e-TCE, que teve início em 03 de novembro de 2011, será garantida a tramitação 100% eletrônica dos processos, desde a entrada no protocolo até a emissão do voto do conselheiro. O sistema permitirá ainda a notificação, a consulta on-line dos processos e o encaminhamento, por parte dos jurisdicionados, de peças processuais através da internet.

e-TCE
Tudo fica melhor com o e-TCE
Tramitação eletrônica dos processos
Tribunal de Contas
Estado de Mato Grosso do Sul

A partir de agora não existirá mais processos físicos tramitando no TCE/MS

Sancionada a nova Lei Complementar

O governador do Estado, André Puccinelli, sancionou a Lei Complementar nº 160, decretada pela Assembleia Legislativa, que dispõe sobre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), e dá outras providências. A Lei foi publicada “http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/search/”, na edição nº 8.102 do Diário Oficial de Mato Grosso do Sul de 03/01/12 e modifica a Lei Complementar nº 48 /90.

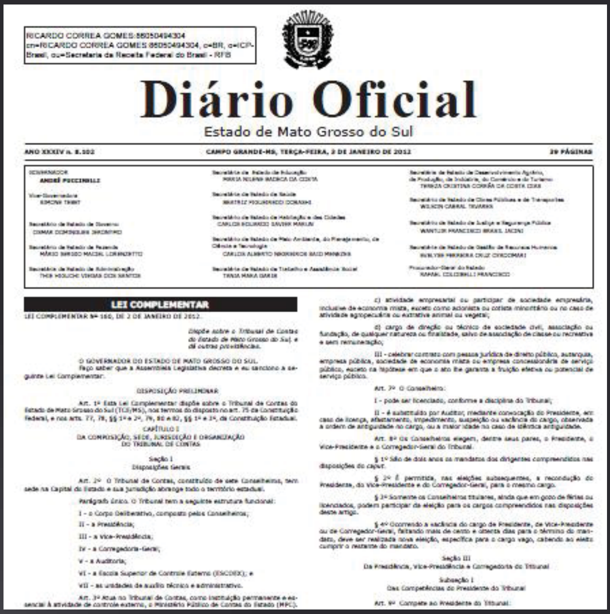
De acordo com o presidente do TCE/MS, Cícero de Souza, essa nova lei dará mais agilidade e poder de ação ao Tribunal de Contas que poderá desempenhar suas atribuições constitucionais com o respaldo do ordenamento vigente, proporcionando um processo menos burocrático e mais seguro aos jurisdicionados.

A modificação da lei orgânica implicará na necessária reformulação do Regimento Interno do Tribunal, finalizando mais uma etapa do plano de modernização, fortalecendo o processo de conhecimento do TCE/MS como órgão indispensável na fiscalização e controle da gestão das verbas públicas.

Cícero de Souza, explica que as modificações ocorridas ao longo dos 21 anos de existência da Lei Complementar nº 48/90, tornaram imperativa uma lei totalmente nova e de acordo com a nossa realidade atual. Segundo ele, “o TCE/MS nesses últimos anos passou por profundas modificações, com o objetivo de dar maior eficiência à sua missão constitucional, com ações envolvendo um intenso processo de modernização”.

O conselheiro Cícero de Souza cita como exemplo das modificações a adoção de um modelo de gestão estratégica; a implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCR); o novo modelo de estrutura organizacional mais enxuto e moderno; a infraestrutura de sistemas e tecnologia da informação e a adoção de um sistema normativo administrativo mais atual e eficiente, baseado na administração de gestão.

Ele destaca que “outra etapa importantíssima implantada é o sistema e-TCE, que permitirá mais agilidade nas análises dos atos praticados pelos gestores, bem como economia significativa dos recursos públicos, eliminando totalmente a utilização de papel, promovendo a fiscalização dos 933 órgãos jurisdicionados com tramitação 100% eletrônica dos processos”.



RICARDO CORREA GOMES:86050494304
cn=RICARDO CORREA GOMES:86050494304, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB

Diário Oficial

Estado de Mato Grosso do Sul

LEI COMPLEMENTAR

Atricon empossa diretoria e quer urgência na criação de Conselho Normativo

A Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) quer urgência na criação de um conselho normativo e correicional para o sistema de controle externo, a exemplo do que existe no âmbito do Poder Judiciário com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foi o que disse o novo presidente da entidade, conselheiro Antonio Joaquim, que assumiu o cargo em solenidade realizada no dia 7 de fevereiro, no auditório do Tribunal de Contas da União, juntamente com os conselheiros do TCE/MS, Waldir Neves, na Diretoria de Relações Institucionais e Marisa Serrano, no Conselho Fiscal.

> **"Conselheiro Waldir Neves na Diretoria de Relações Institucionais e Conselheira Marisa Serrano no Conselho Fiscal".**

O novo presidente disse que também é meta da nova diretoria trabalhar pela aprovação de uma lei processual nacional para julgamento de processos de contas. As duas propostas precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional.

Antonio Joaquim (TCE/MT) assumiu o cargo que era ocupado pelo conselheiro Salomão Ribas (TCE/SC), em concorrida solenidade que contou com a presença de governadores, senadores, ministros do TCU, conselheiros de Tribunais de Contas e procuradores do Ministério Público de Contas.

Em seu discurso, o dirigente disse que enquanto inexiste o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, caberá à Atricon a responsabilidade de sugerir melhorias, propor a adoção de rotinas ou cobrar a implantação de prazos para a análise e julgamento de processos pelos 34 Tribunais de Contas do Brasil. "Enfim, propor um padrão mínimo de qualidade e celeridade", explicou, observando que muitos Tribunais já alcançaram esse patamar de excelência.

O presidente empossado disse que chega a ser constrangedor para o controle externo brasileiro a existência de múltiplos procedimentos, ritos e rotinas e tipos de auditoria nos Tribunais, além de estruturas díspares e a existência de órgãos de controle externo em que ainda não se obedeceu a exigência constitucional relativa às carreiras de auditor substituto de conselheiro e de procurador do Ministério Público de Contas.

Antonio Joaquim fez ainda uma contundente defesa da responsabilidade dos Tribunais de Contas como "guardiões das leis" que asseguram acesso às informações públicas. Segundo ele, nenhum outro órgão republicano tem mais condições que os Tribunais de Contas de patrocinar a transparência, pois funcionam como "grandes armazéns de informações da gestão pública". Para o presidente, é obrigação dos órgãos de controle externo disponibilizar essas informações para a sociedade. "A informação é matéria prima do controle", enfatizou.

OTECA
SAÍDA

"Mulheres ajudaram o TCE/MS a ser referência nacional"

O presidente do TCE/MS, Cícero Antônio de Souza, realizou no dia nove de março a abertura do I Encontro de Conselheiras dos Tribunais de Contas destacando em seu discurso que "se hoje esta Corte é referência é porque pode contar com a contribuição incansável de suas integrantes, entre elas a Conselheira Marisa Serrano e a Procuradora Rosa Inês Pedrossian Bastos".

Reunindo 11 conselheiras de diversos Estados da Federação, o Encontro atraiu a participação de grande número de servidoras do TCE/MS, que lotaram o auditório "conselheira Celina Martins Jallad". Em seu pronunciamento o conselheiro Cícero de Souza fez questão de lembrar que as mulheres são maioria no TCE/MS, representando 53% do quadro total de servidores. "Aqui está a prova de que a força das mulheres ajudou na construção da história desta Corte de Contas", afirmou.

Ele parabenizou a conselheira Marisa Serrano "pela brilhante iniciativa e organização deste encontro, oportunizando essa integração entre as Cortes de Contas dos Estados com o Tribunal de Contas da União, na pessoa da Ministra Ana Arraes". Segundo ele, o tema escolhido para esse encontro "o olhar feminino sobre as contas públicas", reflete o momento que os Tribunais de Contas de todo o país vivenciam, que é o crescente aumento da presença feminina e sua força de trabalho, em todos os níveis de sua administração.

Marisa Serrano avalia I Encontro de Conselheiras como produtivo

Na avaliação da conselheira Marisa Serrano, o I Encontro de Conselheiras dos Tribunais de Contas foi importante não só para comemorar o "Dia Internacional da Mulher", mas principalmente para mostrar que todos somos responsáveis pelas contas públicas do país, demonstrando que é possível ter uma sensibilidade maior". A conselheira disse ainda que "as mulheres vem conquistando cada vez mais espaço em todos os setores, mas que tem muito ainda para conquistar, mas estamos no caminho certo.

Para Marisa Serrano, "a mulher tem um jeito de pensar no bem comum, a questão feminina não é só uma questão de governo, é essencial para a democracia, as mulheres podem enfrentar os problemas sociais sobre uma nova ótica.

De acordo com a conselheira Marisa Serrano, o encontro além de produtivo foi representativo, pois contou com a presença das conselheiras Marli Vinhadeli (Presidente do TCE/DF); Rosa Albuquerque (AL); Dóris Terezinha (TO); Maria Tereza Duere (Presidente do TCE/PE); Cilene Salomão (RR); Carla Cíntia Santillo (GO); Dulcinéia Benício (AC); Naluh Maria (AC); Jaqueline Jacobsen (MT), além da Ministra Ana Arraes (TCU).

A presença feminina também foi bastante expressiva, não só pela participação das servidoras da Corte de Contas, mas também pela presença de autoridades, como a subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania, Carla Stefanini, representando o governador do Estado; a deputada Mara Caseiro, representando a Assembleia Legislativa; vereadora Rose Modesto, representando a Câmara de Vereadores da Capital.

Ministra do TCU, presidentes dos TC's do DF e PE participaram do Encontro

A ministra do Tribunal de Contas da União (TCU), Ana Arraes afirmou durante a sua palestra "A importância da Mulher na Democracia", no I Encontro de Conselheiras dos Tribunais de Contas, que "o Encontro ficará na história dos Tribunais, já que foi a primeira vez em que se promoveu a união das mulheres num evento em que se discutiu o papel da mulher e o seu olhar sobre as contas públicas".

Para a ministra do TCU "este século ficará marcado significativamente pelo crescimento da participação das mulheres em todos os níveis". Ana Arraes é a segunda mulher a ocupar uma cadeira no TCU, em seus 120 anos de existência. Ela também parabenizou a conselheira Marisa Serrano por ter idealizado e coordenado o Encontro, bem como, citou a própria conselheira como exemplo da importância da mulher em ocupar cada vez mais espaço nos Poderes, lembrando a trajetória de Marisa Serrano, como educadora e na sua vida pública.

TCE/PE – Já a conselheira presidente do TCE/PE, Teresa Duere, abordou em sua palestra o tema do evento, "O Olhar Feminino Sobre as Contas Públicas" e de acordo com ela, "a questão mais importante foi a iniciativa da conselheira Marisa Serrano para estarmos aqui e refletirmos sobre o olhar feminino para as contas públicas. Formamos um coletivo e faremos um movimento com algo concreto para ajudar no controle externo", afirmou Teresa Duere.

TCE/DF - A conselheira presidente do TCE/DF, Marli Vinhadeli, também falou sobre o tema citado acima, levantando pontos com conotação social e apresentou uma vertente técnica, além de ter achado a ideia do encontro fantástica. "O olhar feminino sobre as contas públicas contribui para o bem estar do cidadão que é o nosso primeiro cliente; nós brasileiros precisamos de um olhar para o social e essa ideia do encontro vai dar mais segurança para as mulheres trabalharem nos Tribunais de Contas".

Servidora homenageada trabalha há 32 anos no TCE/MS

A servidora Creuza Melnik Duque, que trabalha há 32 anos no TCE/MS, foi escolhida para receber, em nome das cerca de 270 servidoras da Corte de Contas, homenagem em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A entrega da placa de homenagem e de um buquê de flores aconteceu durante o I Encontro das Conselheiras dos Tribunais de Contas e foi feita pela ministra do TCU, Ana Arraes, e pela organizadora do Encontro, conselheira Marisa Serrano.

A homenageada se emocionou e afirmou que estava muito contente em representar as servidoras. Afirmou que, apesar de já possuir tempo de serviço para aposentadoria, prefere continuar trabalhando no TCE/MS, que ela considera o seu segundo lar, onde pretende encerrar a sua carreira no setor de protocolo.

Creuza Melnik Duque ingressou no TCE/MS em 02 de junho de 1980, com a primeira turma de contratados da Corte de Contas, na função de copeira. Ela foi aprovada em primeiro lugar no concurso público de seleção de pessoal realizado pela primeira vez no recém criado Estado de Mato Grosso do Sul. Posteriormente em 03 de junho de 1983 prestou novo concurso para recepcionista, sendo mais uma vez aprovada em primeiro lugar.

Em 01 de março de 1994 é promovida ao cargo de auxiliar de apoio, atuando na coordenação do arquivo de tramitação de processos do Protocolo, onde organizava e montava as pastas de processos. Em 03 de maio de 2010 é enquadrada como auxiliar Técnico Administrativo, estando lotada no setor de Protocolo, onde faz a conferência de documentos digitalizados que compõem os processos que serão posteriormente analisados por auditores, procuradores e conselheiros.

Chadid é o prime assumir a vaga

O procurador geral de contas, Ronaldo Chadid, foi empossado no cargo de conselheiro do TCE/MS em sessão solene que aconteceu no plenário “Conselheira Celina Martins Jallad” da Corte de Contas, no último dia 28.02 e reuniu mais de 300 pessoas entre autoridades e servidores. Ronaldo Chadid é o primeiro procurador geral de contas do MPC/MS a assumir a vaga de conselheiro do TCE/MS.

Tribunal de Contas
Estado de Mato Grosso do Sul

Ronaldo Chadid: “Retribuirei toda a confiança em mim depositada, através de

Participaram da solenidade e compuseram a mesa, o presidente do TCE/MS, Cícero de Souza; a Vice-Governadora, Simone Tebet; o presidente da Assembleia Legislativa, Jerson Domingos; o vice-presidente do Tribunal de Justiça, Hildebrando Coelho Neto; o vice-presidente do TCE/MS, conselheiro Iran Coelho; o procurador geral de contas do MPC/MS, José Aêdo Camilo e os conselheiros José Ancelmo dos Santos; José Ricardo Pereira Cabral; Waldir Neves e Marisa Serrano.

Chadid discursou para mais de 300 pessoas, entre autoridades, familiares, amigos e servidores do TCE/MS. “Retribuirei toda a confiança em mim depositada, através de uma atuação profícua e competente, desde já oferecendo aos meus nobres pares a minha amizade sincera, meu companheirismo e a minha capacidade laborativa”, disse.

Em seu discurso de posse, Chadid fez questão de lembrar-se da amiga Celina Jallad. “Na data desta posse, fez um ano do passamento da conselheira e amiga Celina Martins Jallad que empresta seu nome a este

eiro procurador a de conselheiro

uma atuação profícua e competente”.

Plenário”, afirmou.

Chadid destacou que fará de sua experiência no ensino um instrumento para orientar os jurisdicionados, “afim de que possam cumprir suas tarefas pautados nos princípios que regem a administração pública e aplicando corretamente a legislação, tendo como bússola norteadora da minha conduta funcional o equilíbrio, o bom senso, a razoabilidade e a serenidade que se espera de um julgador”. Alertou, no entanto que, “se estiver diante de eventual dolo ou má-fe, defenderei o interesse público com austeridade”.

“Posse de Chadid fortalece o TCE/MS”

“Hoje posso dizer, que após 23 anos, o Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul se torna referência para os demais Tribunais do País. Com a posse de um Procurador de Contas no cargo de conselheiro, mais um passo foi dado rumo à consolidação definitiva do Corpo Técnico no Conselho Deliberativo desta corte”. Com essas afirmações, o presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antonio de Souza, saudou a posse de Ronaldo Chadid no cargo de conselheiro. (leia a íntegra do discurso)

De acordo com o presidente, “o ato que vivenciamos neste momento, além de fortalecer a instituição, vem ao encontro do que determina a Carta Magna de 1988, pois pela primeira vez na história, a composição desta corte contará com integrantes oriundos das carreiras de Auditor e de Procurador de Contas”.

Cícero de Souza destacou em seu discurso que o TCE/MS, com a posse de Chadid, insere-se no contexto dos Tribunais da federação que cumprem com o que determina a Constituição Federal, sobretudo na reserva de vagas ao seu corpo técnico.

“Mas a importância deste momento não reside apenas no fato do estrito cumprimento da norma constitucional. Estamos recebendo uma pessoa com grande vivência e experiência, que com certeza irá contribuir para a renovação, crescimento e aperfeiçoamento deste Tribunal”, afirmou.

itação 100% el nica d rocessos

Entrevista

Chadid

TCE: O Sr. foi o primeiro procurador indicado ao TCE em 23 anos depois de mudar as regras de quem era indicado para o cargo, para inclusão do corpo técnico na Corte de Contas daqui do Estado. Por que destas mudanças na Constituição de 1998 e proposta de Emenda Constitucional?

Realmente foi uma luta muito intensa dos técnicos que pelo menos tiveram a oportunidade de propor duas ações perante o poder judiciário para haver garantido o ingresso de técnicos na composição da Corte de Contas, e finalmente como você mesmo afirmou após 23 anos, nós temos o modelo inspirado pela constituinte de 88. Eu, como ex-presidente da Associação Nacional do MPC tive a oportunidade de empreender uma luta para que não só o TCE/MS, mas todos os TC'S da federação pudessem implementar essa determinação do constituinte. Felizmente aqui, após 23 anos, nós temos a constituição cumprida com um auditor, um procurador e com cinco conselheiros escolhidos oriundos da classe política. Foi uma mudança importantíssima, eu penso que a heterogeneidade na composição irá favorecer muito para que tenhamos decisões mais justas, mais equânimes e dessa forma a população é que tem a ganhar.

TCE: O Tribunal de contas está cada vez mais transparente para que a população entenda sua real função, e essa é uma das missões que o Sr. passa a desenvolver agora? Quais as principais funções do TCE?

Exatamente, o Tribunal de Contas exerce um papel importantíssimo, toda aquela pessoa pública ou privada que administre, utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores ou dinheiro público são obrigados a prestar contas ao TCE. Em geral, o Tribunal de Contas cuida de tudo, evitando uma má administração e o desgoverno e ainda protege o patrimônio social.

TCE: A que fator o Sr. atribui essa aprovação unânime de seu nome na Assembleia Legislativa? De que forma o Sr. pretende retribuir essa confiança?

Os deputados entenderam que pelo fato de eu ser funcionário da corte há mais de 21 anos e pelo meu currículo seria desnecessário a sabatina. Então, por notório saber eles me dispensaram. Pretendo retribuir com muito trabalho sério, técnico e também de orientação aos jurisdicionados.

TCE: O Sr. entrou no TCE/MS em 1990 para ser Procurador de Contas. Como funciona o MPC junto ao TCE? E qual a importância e as medidas que foram adotadas na sua gestão frente ao MPC?

O MPC é o fiscal da lei, ele atua junto ao Tribunal de Contas no sentido de verificar se os administradores públicos cumprem o que a legislação que rege a administração pública prescreve. Nesse sentido, desempenha um importante papel, praticamente 99% dos pareceres ofertados pelo MPC são acolhidos pelos conselheiros nos julgamentos das contas.

TCE: Com relação ao bom uso da internet, o Sr. inovou lançando a página na internet do MPC, por que?

É necessário que o MPC, pela importância que tem, seja conhecido da população, e essa página objetiva mostrar o que faz a instituição Ministério Público de Contas, bem como ofertar aos estudiosos, pesquisadores do direito público, legislação, doutrina, matérias para que eles possam melhor subsidiar os seus trabalhos.

TCE: Quais as lições, o legado que vai levar do magistério para as funções do cargo de conselheiro do TCE/MS?

Como professor há 18 anos, eu mais aprendi do que ensinei. Neste trajeto eu conheci pessoas admiráveis, professores, alunos, e acho que a sensibilidade de um professor atuando na Corte de Contas por certo fará a diferença, porque o objetivo maior não é punir e sim orientar, e com a minha atuação no magistério eu creio que poderei fazer junto a todos os jurisdicionados de Mato Grosso do Sul um papel muito importante no sentido de ensiná-los, aqueles que estão exercendo mandato pela primeira vez, e orientá-los acerca da correta aplicação da Legislação Pública.

TCE: O Sr. é especialista, mestre, doutorando em direito administrativo e já atuou como professor por 18 anos, atualmente coordena um curso de direito numa Faculdade e formou aproximadamente 50 turmas. Pretende continuar lecionando?

Agora eu pretendo apenas ministrar aulas na pós-graduação. O magistério requer muito e eu já atuo há 18 anos ininterruptamente. Como fui escolhido para ser conselheiro, eu pretendo me dedicar integralmente na função, e como a pós-graduação normalmente ocorre aos finais de semana, assim eu continuo com o "pé na academia" e também me dedicando integralmente à função de conselheiro.

TCE: Na sua avaliação como técnico, de que forma a população pode participar fiscalizando a aplicação dos recursos públicos?

A participação da população se faz através da ouvidoria do Tribunal e também através do MPC. Então eu creio que além do controle externo que é exercido efetivamente pelo Tribunal, existe o controle social. Esse controle a população não tem feito, então é uma oportunidade de esclarecer que aqueles que queiram fazer qualquer tipo de denúncia devem procurar a ouvidoria do TCE e o MPC.

José Aêdo é o novo Procurador Geral de Contas do MPC/MS

O colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas de Mato Grosso do Sul publicou no Diário Oficial Eletrônico (DOE) a Resolução MPC-MS nº. 002/2012 que declara a vacância do cargo de Procurador Geral de Contas e designa o Procurador Geral Adjunto, José Aêdo Camilo, para o exercício das funções. O Colégio é integrado pelos procuradores de contas José Aêdo Camilo, João Antonio de Oliveira Martins Júnior, Terto de Moraes Valente e Ronaldo Chadid.

A medida foi adotada considerando o pedido de exoneração das funções de Procurador Geral de Contas, formulado por Ronaldo Chadid ao Governador do Estado, em virtude de sua nomeação para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme o Decreto "P" n°. 738, de 15 de fevereiro de 2012.

A Resolução declara vago o cargo de Procurador Geral de Contas, a contar de 24 de fevereiro de 2012, e designa para as funções, em complementação de mandato, até 1º de janeiro de 2013 o Procurador Geral Adjunto José Aêdo Camilo, nos moldes preconizados nos §§ 1º e 2º, do art. 13 do Regimento Interno.

Currículo: José Aêdo Camilo é Bacharel em Ciências Jurídicas pela Instituição Toledo de Ensino de Presidente Prudente –SP, pós-graduado em Auditoria Contábil e Gestão Financeira pela Unaes. Foi Corregedor da instituição no período de 2000/2001, Auditor de Controle Externo no TCE/MS de 1981 a 1989 e Assessor Jurídico da Presidência do TCE/MS; períodos 1981/1983 e 1985/1987.

Ministério Público ganha site na internet

Em sua última sessão como procurador Geral do Ministério Público de Contas de Mato Grosso do Sul (MPC/MS), Ronaldo Chadid fez o lançamento do site da instituição, que pode ser acessado pelo endereço www.mpc.ms.gov.br. O site do MPC traz informações, legislação, notícias, fotografias, artigos e pareceres produzidos pelo corpo técnico, visando aproximar o MPC da população e dos jurisdicionados.

O site foi desenvolvido levando em consideração as tendências mais modernas e interativas para formulação de espaços virtuais ligados ao Poder Público que têm como público-alvo todos os cidadãos e como objetivo a democratização de informações e serviços. De acordo com Chadid, manter uma comunicação aberta e constante com o cidadão é um dos objetivos norteadores do MPC/MS e o site é uma das principais ferramentas para se atender com eficácia a busca pela transparência e eficiência da Administração Pública.

A área de imprensa atende às necessidades da sociedade e dos profissionais do setor, sejam internos ou externos. O cadastro e a edição de notícias são simples e eficientes, possibilitando que os cidadãos, e também os veículos de imprensa, encontrem no site o conteúdo sempre atualizado. Segundo ele, um grande destaque foi dado à sessão de artigos, visando contribuir para o debate e o aprofundamento científico.

Na avaliação de Chadid, o site do MPC/MS atende às metas do Programa de Modernização da Gestão e aos interesses gerais da sociedade, para que os cidadãos, abastecidos de informações sobre a atuação do órgão e gestores públicos, sejam parceiros do MPC/MS na fiscalização do controle externo. Para Chadid, a disponibilização das novas ferramentas de comunicação permite que sejam oferecidos os meios necessários para que cidadãos, agentes públicos e imprensa possam atuar como fiscais da correta aplicação do dinheiro público.

TCE/MS já é filiado ao Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas

Assinatura do convênio é a continuidade de um processo de parceria iniciado em 2010

O TCE/MS foi a 12ª Corte de Contas do País a se filiar ao Ibraop. A filiação aconteceu no final do mês de dezembro último, com a presença dos conselheiros Cícero Antônio de Souza, José Ancelmo dos Santos, José Ricardo Pereira Cabral, Iran Coelho das Neves, Waldir Neves Barbosa e Marisa Serrano, além do presidente do Ibraop, Pedro Paulo Piovesan de Farias; do presidente do Crea/MS, Jary de Carvalho e Castro; do chefe da Assessoria de Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente do TCE/MS, Antônio Bosco da Costa; do diretor geral de Gestão de Modernização (DGM), Parajara Moraes Alves Júnior e do analista de controle externo, Domingos Sahib Neto.

Na oportunidade, o conselheiro Cícero de Souza destacou que a filiação tem uma grande importância para o TCE/MS na medida em que é indispensável que os Tribunais tenham metodologia clara e coerente para realizar a auditoria das obras públicas. “A filiação ao Ibraop vai nos auxiliar no aperfeiçoamento de nossas ações de fiscalização e auditoria de obras, dando mais subsídios e orientação aos nossos técnicos”, afirmou.

O conselheiro Cícero de Souza lembrou que a filiação ao Ibraop é a continuidade de um processo de parceria que teve início em dezembro de 2010 com a assinatura do termo de adesão do TCE/MS ao protocolo de intenções já celebrado com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) e diversas cortes de contas do País. Segundo o protocolo, a cooperação ocorre por meio do desenvolvimento das atividades necessárias ao estudo, à elaboração e edição de orientações técnicas (OT) e em ações de aprimoramento das auditorias de obras públicas.

O IBRAOP é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, de âmbito nacional, constituído por profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia, de nível superior que buscam desenvolver ações voltadas ao aprimoramento da gestão e do controle de obras públicas no Brasil, bem como a uniformização de entendimentos por meio da elaboração de orientações técnicas.

Assinado convênio com o CRC/MS

O Presidente do TCE/MS, Cícero Antônio de Souza, juntamente com o diretor geral da Escoex, conselheiro Iran Coelho das Neves, o presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso do Sul (CRC/MS), Carlos Rubens de Oliveira e o professor mestre Adelino Meneguzzo assinaram, em novembro do ano passado, um convênio para a realização do Curso de Extensão ao Processo Multiplicador das inovações, a partir das Novas Normas de Contabilidade voltadas para o setor público.

Serão sete oficinas de estudo para percepção e operacionalização das práticas orientadas pelas Novas Normas de Contabilidade voltadas para o Setor Público sob a coordenação do contador e conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade, professor mestre Adelino Meneguzzo, que também é multiplicador do sistema CFC/CRC’s para o Estado.

A entrada em vigor da aplicabilidade para o Estado será a partir de janeiro de 2012, e para os munícipios, a partir de janeiro de 2013. Segundo o coordenador da Escoex, Jorge de Oliveira Martins, “é muito importante essa parceria para o TCE/MS e o CRC/MS, pois estamos nos preparando para acompanhar as mudanças que irão acontecer em 2012”.

O conselheiro e diretor geral da Escoex, Iran Coelho, ressalta que o curso terá custo zero para o TCE/MS. Segundo ele, “o TCE/MS entra com a logística e com o espaço físico para os cursos que serão de grande valia para o TCE/MS, porque é melhor evitar o erro do que corrigí-lo depois”.

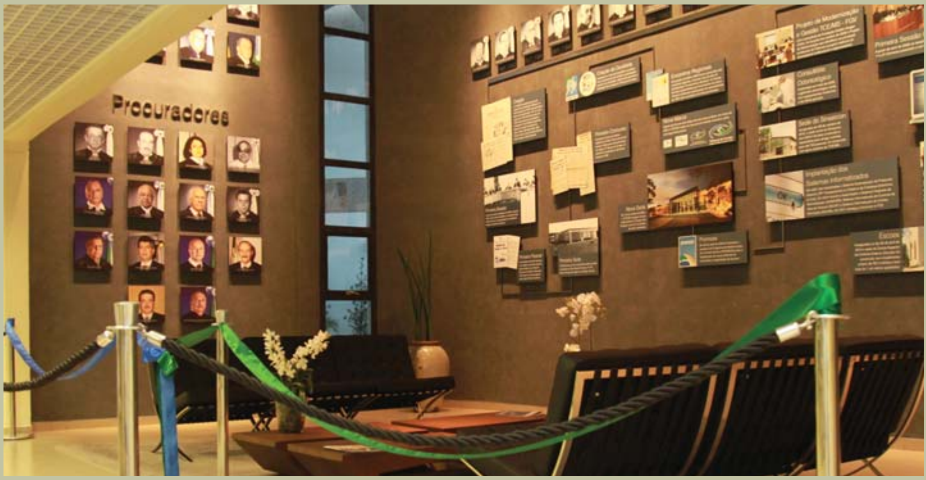
O presidente do TCE/MS Cícero de Souza disse que ainda quer fazer muitos convênios com outros órgãos. “O TCE/MS tem que estar sempre atualizado, nós temos essa necessidade, pois precisamos da informação precisa e correta”.

O curso de extensão será gratuito para seus participantes, ministrado pelo conselheiro multiplicador do CRC e professor mestre Adelino Meneguzzo. No entanto, eles terão obrigação de serem multiplicadores na sua região, por um período de sete meses, com uma frequência mensal de seis horas, o que equivalerá a 42 horas/aula, em forma de tutoria, nos futuros meios de capacitação e formação.

O presidente do CRC/MS, Carlos Rubens de Oliveira, agradeceu a parceria e parabenizou o TCE/MS pela estrutura. Segundo ele, “os contadores públicos devem estar atualizados, por isso vamos fazer esse laboratório e ver o resultado da experiência”.

Criada galeria histórica

No dia 14 de dezembro, o conselheiro presidente Cícero Antonio de Souza também inaugurou a galeria histórica. De acordo com o presidente, "em nosso Tribunal, temos o orgulho de afirmar que a modernidade caminha de mãos dadas com o passado. Não podemos avançar esquecendo ou destruindo aquilo que nossos antecessores construíram. Essa foi a forma encontrada para homenagear todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a construção do Tribunal", destacou.



Segundo o conselheiro aposentado João Totó Câmara "é muito bom a gente ver essas coisas acontecendo aqui no TCE/MS, esta sede maravilhosa acompanhada hoje de um trabalho de modernização belíssimo. Isso faz com que a gente tenha uma perspectiva muito boa. Essa galeria é uma homenagem gratificante e eu agradeço ao presidente do TCE/MS Cícero Antônio de Souza por guardar todas essas lembranças nossas".

Também o auditor aposentado Alberto Leonel de Paula e Manna declarou que se sentia feliz em ver que o TCE/MS está desenvolvendo sua tarefa. "A história do TCE/MS é muito bonita e essa corte tem um papel importante que é o de fiscalizar e desejamos que não falhe por ignorância".

Galeria Histórica - Nestes 31 anos de existência, passaram pelo Tribunal de Contas 21 conselheiros, 14 procuradores do Ministério Público de Contas e 8 auditores.

Linha do Tempo - No espaço inaugurado contém ainda a "Linha do Tempo" composta de 22 quadros dos principais marcos da história do TCE/MS, desde a reprodução do Diário Oficial do Estado quando da criação da Corte de Contas, passando pelos avanços e modernização como a inauguração da sede no Parque dos Poderes, digitalização dos processos, o site próprio, a posse da primeira conselheira mulher (Celina Martins Jallad), e o e-TCE, sistema de tramitação eletrônico dos processos que elimina a utilização de papel.

Setor médico ganha mais espaço e funcionalidade

Ambulância é entregue por autoridades

Equipe médica do TCE, agora com mais espaço e conforto para os servidores.

As obras de reforma e ampliação do setor médico do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE) foram concluídas e entregues em dezembro do ano passado pelo conselheiro presidente, Cícero Antônio de Souza, acompanhado pelos conselheiros, autoridades e servidores. Segundo o presidente, “os médicos, técnicos em enfermagem e servidores contam agora com um novo espaço, mais amplo e funcional, desenhado especificamente para o trabalho de assistência médica e uma moderna ambulância equipada para atender aos servidores em caso de emergência”. A medida faz parte da política de valorização do servidor implantada pelo presidente. Na oportunidade, ele também entregou uma Van, que irá dar suporte ao transporte dos conselheiros e servidores em eventos ou a trabalho, quando das inspeções.

A principal modificação implantada é a abertura de uma porta de acesso ao setor médico pelo lado de dentro do prédio do TCE/MS, tendo em vista que anteriormente a entrada se dava pelo lado de fora, em frente ao estacionamento. O acesso agora será pelo corredor interno, oferecendo mais comodidade e segurança aos servidores e equipe médica, e o acesso externo foi mantido para a saída de emergência.

Ex-conselheiros Celina Jallad e Nelson Benedito Netto são homenageados

O presidente do TCE/MS, Cícero Antônio de Souza, descerrou no dia 14 de dezembro último, as placas do Plenário com o nome da primeira mulher a assumir o cargo de conselheira na Corte de Contas de MS, Celina Martins Jallad, e da Biblioteca da Escola Superior de Controle Externo (Escoex) com o nome do ex-conselheiro Nelson Benedito Netto, prestando homenagens aos ex-conselheiros.

A denominação do Plenário do TCE/MS como “Celina Martins Jallad” foi proposta através de Resolução Administrativa no dia 25 de março deste ano, e votada pelos conselheiros e procurador geral de contas do MPC/MS.

A família de Celina Jallad esteve presente, e sua filha Fabiana Martins Jallad agradeceu e discursou em nome de todos. “É com muita gratidão que recebemos essa homenagem. Sentimo-nos honrados e agradecidos por toda essa homenagem prestada pelo TCE/MS”.

A biblioteca da Escola Superior de Controle Externo (Escoex) foi nominada de “Conselheiro Nelson Benedito Netto”. A resolução foi proposta pelo conselheiro Iran Coelho das Neves e publicada também no dia 25 de março deste ano. “Eu tive uma convivência muito próxima com ele. Nós estamos prestando um reconhecimento pelo legado que ele deixou aqui no TCE/MS”, afirmou o conselheiro Iran Coelho das Neves.

Os familiares do ex-conselheiro também estiveram presentes e um de seus filhos, Marcos Augusto Netto, deu um depoimento e se emocionou ao lembrar-se de seu pai. “A família está muito agradecida. A biblioteca simboliza o saber e ele era um homem muito criterioso e estudioso”.

O conselheiro presidente do TCE/MS, Cícero Antônio de Souza, também agradeceu aos familiares dos homenageados. “Não poderíamos também deixar de homenagear aqueles que ainda no exercício do cargo de conselheiros nos deixaram precocemente, como foi o caso da conselheira Celina Martins Jallad e do conselheiro Nelson Benedito Netto, que irão emprestar os seus nomes para o plenário do TCE/MS e a biblioteca da Escoex respectivamente. A eles e a seus familiares, os nossos agradecimentos e homenagens.”

Inaugurada a Biblioteca Nelson Benedito Netto

Plenário recebe o nome da Conselheira Celina Martins Jallad

DESTAQUES2011

1ª Jornada Técnica da Escoex

Realizada em Abril de 2011, a 1ª Jornada Técnica da Escoex (Escola Superior de Controle Externo) do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul reuniu 136 participantes de 54 municípios do Estado. A Escoex contribui na orientação dos gestores, prefeitos, presidentes de câmaras e na capacitação dos servidores.

Bancada federal discute fortalecimento dos TC's

Também no mês de Abril de 2011, os conselheiros do TCE/MS se reuniram com a bancada federal do Estado. O objetivo foi sensibilizar os senadores e deputados federais para que defendam a aprovação dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que dão maior autonomia e promovem o fortalecimento das cortes de contas.

Mais de 200 participantes no 1° ECOTC

Realizado nos dias 25 e 26 de Maio do ano passado, no TCE/MS, o 1° Encontro Centro-Oeste dos Tribunais de Contas reuniu 200 participantes entre ministros do TCU, conselheiros, procuradores de contas, auditores substitutos e técnicos das Cortes de Contas da região Centro-Oeste e até das regiões Norte e Sudeste.

Lançada a Revista da Escoex

Durante a solenidade de encerramento da 1ª Jornada Técnica da Escola Superior de Controle Externo (Escoex), em Abril de 2011, o presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antônio de Souza, realizou o lançamento da Revista da Escoex, entregando o primeiro número da publicação para o governador do Acre, Tião Viana.

Corais dos TC's em 2012 no MS

O TCE/MS vai sediar o próximo Encontro Nacional de Corais dos Tribunais de Contas em 2012, em data ainda a ser definida. A decisão foi tomada no início de setembro do ano passado, durante a solenidade de encerramento do II Encontro Nacional de Corais dos TC's, realizado em Goiânia (GO), sob o patrocínio do TCE/GO.

DESTAQUES2011

O Controle do Fundeb

Em Outubro do ano passado, sob a coordenação da conselheira Marisa Serrano, o TCE/MS realizou o Encontro denominado “O Controle do FUNDEB e o TCE/MS”, dirigido aos secretários municipais de Educação e gestores do FUNDEB.

O CONTROLE DO
FUNDEB
E O TCE-MS

Marisa Serrano toma posse no TCE/MS

Em junho de 2011, a ex-senadora Marisa Serrano tomou posse como conselheira do TCE/MS afirmando que não via aquele momento “como o fim de uma etapa, e sim como meio para continuar construindo a base de uma sociedade melhor, politicamente estruturada, consciente de seus direitos e obrigações, responsável por futuras gerações que, mais do que nunca, precisarão estar respaldadas por atos do presente. Acredito que somos responsáveis pelo futuro de nosso Estado e que é hoje que se assenta cada tijolo que garantirá o bom abrigo do amanhã”.

Presidente entrega mais de 2 mil produtos arrecadados ao Hospital São Julião

O presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antônio de Souza entregou, no mês de dezembro último, um total de 2.039 unidades de produtos arrecadados junto aos servidores da Corte de Contas em prol do Hospital São Julião. A campanha “Ser solidário é da sua conta” teve início dia 26/10 e foi até o dia 14 de novembro de 2011, com o objetivo de recolher produtos de higiene pessoal e materiais de limpeza.

O presidente do TCE/MS, Cícero de Souza, disse que além da ajuda, “as doações são uma maneira de respeitar o semelhante, ainda mais os que se encontram doentes. Nada mais justo para a alma, fazermos o bem, ainda que seja material, para aqueles que necessitam. Sentimo-nos bem em ajudar o próximo”. O diretor administrativo, Amilton Fernandes Alvarenga, diz que a ajuda é muito importante para a entidade. “Vai ser muito útil para nós, pois o que veio é o que precisamos para o dia a dia”.

A diretora executiva da instituição, irmã Silvia Vicellio, recebeu das mãos do presidente um relatório do resultado da campanha que arrecadou 236 sabonetes, 50 caixas de sabão em pó, 110 de sabão em barra, 30 detergentes, 47 desinfetantes, 45 litros de álcool, 900 rolos de papel higiênico, 278 fraldas descartáveis, 105 frascos de água sanitária, 112 cremes dentais, 43 escovas de dente, 12 caixas de cotonetes, 10 shampoos, 14 lenços de papel, 15 esponjas para banho, 12 esponjas para louça, 20 esponjas de aço, totalizando 2.039 unidades de produtos de limpeza e higiene.

O Hospital São Julião, que completou 70 anos, é o centro de referência para tratamento de hanseníase na América Latina, além de ser especialista na área de oftalmologia e atende também grande demanda laboratorial e cirúrgica. Hoje, possui leitos que são usados para pré e pós-operatório, leitos clínicos que são usados para o tratamento de doenças e leitos sociais, onde moram 11 pacientes que não estão em tratamento médico, mas que foram deixados por seus familiares.